

OCULTAÇÃO, LINGUAGEM E POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE DO QUARTO DE DESPEJO, DE CAROLINA MARIA DE JESUS**CONCEALMENT, LANGUAGE AND PUBLIC POLICIES: ANALYSIS OF THE QUARTO DE DESPEJO, BY CAROLINA MARIA DE JESUS****Laura Dias Rodrigues de Paulo¹**

Resumo: O trabalho analisará a narrativa contida no livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus, moradora da favela Canindé, na década de cinquenta, localizada às margens do rio Tietê, em São Paulo, Brasil. A autora retrata o quadro de ocultação e invisibilidade que os marca. Fome, péssimas condições de vida, de saneamento básico, de educação, serviços de saúde e poucas oportunidades de trabalho são, apenas, alguns dos elementos que perpassam a narrativa de Carolina de Jesus. Em contrapartida, São Paulo vivia a efervescência da modernização e recente industrialização com rápido e intenso crescimento econômico. No entanto, as consequências de tal processo foram sentidas por pessoas como Carolina Maria de Jesus e seus vizinhos, que não foram absorvidos pelo mercado de trabalho e, sequer, pela própria cidade em si, sendo obrigados a viverem, literalmente, às margens da sociedade. A narrativa da autora consegue dar visibilidade ao fenômeno, o que permite uma relação com o potencial emancipatório que a linguagem tem, conforme Jürgen Habermas ensina. Partindo das ideias de invisibilidade social e sua naturalização, trabalhadas por Jessé Souza e os ensinamentos sobre a linguagem, de Habermas, será feita uma análise da narrativa de Carolina Maria de Jesus.

Palavras-chave: Quarto de despejo; ocultação; linguagem; invisibilidade.

Abstract: The paper will analyze the narrative contained in the book *Quarto de despejo: diary of a favelada*, by Carolina Maria de Jesus, a resident of the Canindé favela, in the fifties, located on the Tietê River, in São Paulo, Brazil. The author portrays the frame of concealment and invisibility that marks them. Hunger, poor living conditions, basic sanitation, education, health services and few job

¹ Mestranda em Direito Pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Integrante do Núcleo de Estudos em Direito do Patrimônio Cultural (NEPAC). Bacharela em Direito pela Universidade Federal de Ouro Preto (2014). Especialista em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil. Link do lattes: <http://lattes.cnpq.br/8613547810608803>. Email: laurarodrigues.paulo@gmail.com.

opportunities are just some of the elements that permeate the narrative of Carolina de Jesus. São Paulo was experiencing the effervescence of modernization and recent industrialization with rapid and intense economic growth. The consequences of this process were felt by people like Carolina Maria de Jesus and her neighbors, who were not absorbed by the labor market and even by the city itself, being forced to live literally on the margins of society. The narrative of the author can give visibility to the phenomenon, which allows a relation with the emancipatory potential that language has, as Jürgen Habermas teaches. Starting from the ideas of social invisibility and its naturalization, worked by Jessé Souza and the teachings on the language, of Habermas, will be made an analysis of the narrative of Carolina Maria de Jesus.

Keywords: Quarto de despejo; concealment; language; invisibility

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisará a narrativa do livro *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, de autoria de Carolina Maria de Jesus, o fenômeno de desigualdade social e sua naturalização e o processo emancipatório possível através da linguagem. Para tanto, utilizará dos pressupostos elaborados por Jessé Souza, em seu artigo *A Gramática Social da Desigualdade Brasileira*, para justificar o fenômeno das desigualdades sociais em países periféricos como o Brasil. Além disso, também se baseará nos estudos de Jürgen Habermas sobre a Teoria do Agir Comunicativo e o poder revelador da comunicação utilizando-se dos conceitos específicos de mundo da vida, sistemas, agir estratégico, agir comunicativo, racionalidade comunicativa e racionalidade instrumental.

O objetivo é demonstrar como a narrativa de Carolina Maria de Jesus permite uma reflexão da proposta habermasiana de emancipação por meio de instrumentos linguísticos. A linguagem e, portanto, a narrativa da autora serve como meio de resistência da colonização do mundo da vida pelos sistemas dinheiro e poder. Para isso, será necessário, preliminar, demonstrar, a partir da elaboração de Jessé Souza como os moradores da favela Canindé se enquadram no denominado *habitus* precário sendo natural, portanto, sua ocultação.

A relevância da pesquisa se dá em razão da proposta de reflexão e crítica acerca da condição de invisibilidade social dos “favelados” e o potencial que a linguagem possui no sentido de alertar para o baixo grau de efetividade e aplicabilidade das políticas públicas no Brasil ao tempo da narrativa. Nos primeiros capítulos, será realizada breve

apresentação da autora e do livro em questão. No seguinte, será analisada a desigualdade social enquanto fenômeno de massa em países como o Brasil e o processo que guia à sua naturalização para, por fim, analisar-se os conceitos da Teoria do Agir Comunicativo, de Jürgen Habermas e analisar o potencial emancipatório que a linguagem possui. A pesquisa será cunhada sob os métodos jurídico-diagnóstico e jurídico-propositivo, através do raciocínio metodológico hipotético-dedutivo.

2 CAROLINA MARIA DE JESUS: A ESCRITORA DOS OCULTADOS, A POETISA DOS POBRES

Carolina Maria de Jesus nasceu no interior de Minas Gerais, na cidade de Sacramento, em 1914. Vivenciou uma infância simples a qual foi narrada em seu livro *Diário de Bitita* (1986), sendo *Bitita* seu apelido de infância. Em busca de melhores oportunidades e condições de vida, a autora deixa o interior em Minas e parte para São Paulo, cujo desenvolvimento e recente industrialização, à época, traziam a promessa de melhores empregos e oportunidades a todos. A narrativa do livro *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, no entanto, vai demonstrar que as promessas advindas da Capital não se passaram de meras ilusões.

Além dos livros já mencionados, ela também é autora de *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada* (1961), *Pedaços da fome* (1963), *Provérbios* (1977), *Meu estranho diário* (1996) e os poemas da *Antologia Pessoal* (1996), sendo estas três últimas, obras póstumas. *Casa de Alvenaria* retrata a vida da autora após o sucesso do livro em análise no presente trabalho.

A autora foi semi alfabetizada, não tendo concluídos os estudos. Porém, o pouco que aprendeu foi suficiente para lhe despertar o interesse pela leitura e o desejo incessante de se tornar escritora, o que exposto com veemência no livro *Quarto de Despejo*. Somando-se ao seu desejo interno, Carolina Maria de Jesus se deparou com realidades sociais as quais lhe deram substrato para escrever revelando e expondo as mazelas de um Brasil que estava oculto por trás dos grandes prédios de São Paulo e do intenso processo de modernização pelo qual passava o país.

Carolina Maria de Jesus foi, e ainda o é, considerada por muitos leitores e apreciadores de suas obras como a escritora dos pobres, importante por trazer a tona realidades daqueles que ninguém queria enxergar: os pobres e os ocultados. Ela deixa

como legado que para se denunciar determinadas realidades socioeconômicas bastam a consciência do problema que se vive e o domínio da linguagem, seja ele de qual grau for. Por meio de sua narrativa, a história da favela Canindé, em São Paulo, percorreu o mundo evidenciado que uma das grandes marcas do Brasil é a denominada desigualdade social.

3 QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA: BREVE APRESENTAÇÃO

Carolina Maria de Jesus (1914-1977) foi moradora da favela Canindé, localizada onde hoje existe a Marginal Tietê, no Estado de São Paulo, Brasil. Mulher, negra, mãe de três filhos, semi analfabeta e catadora de papéis e materiais recicláveis é a autora do livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, lançado em agosto de 1960. Foi descoberta pelo jornalista Audálio Dantas, do *Diário de São Paulo*, que ao realizar uma reportagem sobre a inauguração de um parque infantil na favela Canindé, escuta uma discussão entre os moradores na qual Carolina utiliza seu diário, e, portanto, sua narrativa, como forma de ameaça-los.

Dantas descobre que Carolina relatava o dia a dia na favela Canindé em diversos cadernos, recolhidos no lixo, os quais traziam o retrato da vida de miséria e ocultação daqueles moradores. Elabora a edição do *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, resultado da junção de vinte cadernos manuscritos, referentes aos períodos de 15 a 28 de julho de 1955 e de 2 de maio a 1º de janeiro de 1960. Além de ser um relato da ocultação e da disparidade social a qual acometia a classe dos denominados favelados, o livro serviu para mudar a vida de Carolina Maria de Jesus, fazendo-a despontar no cenário literário, sendo publicado em diversas línguas estrangeiras, e se tornando *best seller* nos Estados Unidos, com o título *Child of the Dark*.

A narrativa de Carolina, elaborada por Dantas, surge juntamente com a eclosão do denominado jornalismo investigativo, cujo viés principal de atuação era a denúncia. No caso específico do *Quarto de Despejo*, a narrativa denuncia as realidades socioeconômicas díspares que começam a despontar no cenário brasileiro nas décadas de 50 e 60 fruto, dentre outros motivos, do recente processo de modernização do país. É o que Elzira Divina Pérpetua elucida:

A acolhida do Quarto de Despejo no Brasil fora precedida pelo recebimento da nascente crônica urbana e do jornalismo investigativo – a chamada reportagem –, que apontavam as disparidades entre o progresso material do Brasil e o empobrecimento da população. A cidade de São Paulo era então o centro maior de convergência de problemas sociais motivados pelo desenvolvimento industrial acelerado. A concentração de riquezas fazia da capital paulista uma terra de contrastes, diferente dos outros centros urbanos brasileiros. Nesse ambiente, a reportagem, ao exibir o outro ângulo do desenvolvimento, porque levava em conta o dia-a-dia dos miseráveis e anônimos vindos de todas as partes e espalhados pelo espaço urbano, ganhava sentido político. (Perpétua, 2000, p. 50).

Fernanda Rodrigues de Miranda chega a afirmar que Carolina Maria de Jesus é precursora de um novo estilo literário ao narrar a realidade socioeconômica do dia a dia na favela:

(...) Carolina Maria de Jesus é precursora da Literatura Periférica no sentido de que ela é a primeira autora brasileira de fôlego a constituir a tessitura de sua palavra a partir das experiências no espaço da favela. Isto é, sua narrativa traz o cotidiano periférico não somente como tema, mas como uma maneira de olhar a si e a cidade. Por isso, seu olhar torna-se cada vez mais crítico diante do cenário de ilusões que São Paulo projetava com sua falsa imagem de lugar com oportunidades para todos – crença que a fez migrar de sua cidade natal na juventude. (Miranda, 2013, p. 16).

A narrativa passeia pelas ruas da favela Canindé e pela cidade de São Paulo. A autora descreve o dia a dia dos moradores marcado pela presença constante da fome, da luta pela sobrevivência, das diferenças socioeconômicas e até mesmo das diferenças socioculturais que marcam os moradores da favela, advindos de diferentes partes do país contando, inclusive, com moradores de outras nacionalidades. Carolina descreve dentre seus vizinhos, portugueses e nordestinos, reflexo da composição sociocultural diversa da favela, destino dos marginalizados.

Sob o olhar da autora, o livro narra o contraponto existente entre o desenvolvimento e a ocultação, a inclusão e a exclusão, o lixo e o luxo. A autora demonstra consciência da problematização social a qual está inserida e a qual vivencia. Reflete o desapeço pela vida que leva na favela e o constante desejo de deixar a localidade em busca de mais dignidade. A escrita aparece como forma de subterfúgio para a autora e, ao mesmo tempo, tem o intuito de trazer à tona as mazelas de ordem social e comportamental que norteiam o ambiente onde vive. É traço comum na narrativa

a autora ameaçar de colocar “em seu livro” comportamentos julgados por ela como negativos por parte de outros moradores da favela Canindé.

A rotina de Carolina restringe-se a catar materiais recicláveis, lixo, metal, ferros em troca de produtos básicos de subsistência (como feijão, óleo, sabão), buscar água, preparar alimentos para os filhos, dar-lhes banho e escrever. É comum o relato da alimentação se dar, também, por restos achados no lixo. Os representantes do Poder Público que aparecem como personagens da narrativa são escassos. O “Serviço Social”, o “Juizado de Menores”, a “Assistência”, a polícia e alguns políticos são alguns exemplos. No entanto, a relação dos moradores da favela Canindé com eles são esparsas e horizontalizadas.

A consciência que a autora tem do seu grau de invisibilidade diante de tais órgãos, dos reflexos das políticas em sua realidade social e da manipulação política pela qual passam os cidadãos de classes mais baixas chama a atenção do leitor:

(...) Quando um político diz nos seus discursos que está do lado do povo, que visa incluir-se na política² para melhorar as nossas condições de vida pedindo nosso voto prometendo congelar os preços, já está ciente que abordando este grave problema ele vence nas urnas. Depois divorcia-se do povo. Olha o povo com os olhos semi-cerrados. Com orgulho que fere nossa sensibilidade. (Jesus, 2014, p. 38).

A realidade socioeconômica narrada, o processo de ocultação a qual estão submetidos os moradores da favela e a ausência de políticas públicas essenciais pelo qual passam é realidade conexa com a formação de subcidadãos como fenômeno de massa nos países de modernização recente, como trabalhado por Jessé Souza, em sua obra *A Gramática Social da Desigualdade Brasileira* a qual será objeto de análise neste trabalho.

4 A INVISIBILIDADE SOCIAL BRASILEIRA: FORMAÇÃO DE SUBCIDADÃOS E A NATURALIZAÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

Jessé Souza expõe, em seu artigo *A Gramática Social da Desigualdade Brasileira*, o fenômeno de formação de subcidadãos em países como o Brasil e seu processo de naturalização. O autor pretende demonstrar como se deu a naturalização do quadro de

² As referências do texto de Carolina Maria de Jesus foram copiadas, neste trabalho, respeitando a grafia original dos seus escritos sem quaisquer revisões de natureza ortográfica ou gramatical.

desigualdades sociais existentes no país, decorrência necessária do próprio sistema político e mercadológico importado. Dispõe que:

Pretendo demonstrar como a naturalização da desigualdade social e a conseqüente produção de “subcidadãos” como um fenômeno de massa em países periféricos de modernização recente como o Brasil, pode ser mais adequadamente percebida como conseqüência, não de uma suposta herança pré-moderna e personalista, mas precisamente do fato contrário, ou seja, como resultante de um efetivo processo de modernização de grandes proporções que se implanta paulatinamente no país a partir de inícios do século XIX. (Souza, 2006, p. 80).

A realidade da escrita de Carolina é contemporânea a esse fenômeno de modernização analisado por Jessé Souza. Em seu livro, ela narra a diferença existente entre o centro de São Paulo, marcado pelo progresso, evidenciado por suas indústrias e grandes prédios, e a favela, com suas privações de políticas públicas básicas e ocultações. Tal paralelo faz com que Carolina compare o centro da cidade a uma sala de visitas de uma casa e a favela, ao quarto de despejo, destino daquilo que não encontra espaço na sociedade e, portanto, acaba invisibilizado, ocultado:

Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludo, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo. (Jesus, 2014, p. 37).

Germana Henrique Pereira de Sousa também traça o paralelo entre a narrativa de Carolina e o processo de modernização pelo qual passava o Brasil no tempo da escrita:

A vida de Carolina na favela do Canindé contrastava com o projeto de modernização do país promovido por JK. Enquanto a nova capital era construída no planalto central, Carolina fazia o contraponto, antevendo que a modernização não iria tirá-la da favela. (Sousa, 2012, p. 19).

O fenômeno da naturalização das desigualdades sociais trabalhado por Jessé Souza pauta-se, dentre outros referenciais teóricos, na análise de Pierre Bourdieu e a construção do que ele denomina como habitus. Tal conceito é essencial para o fenômeno de naturalização das desigualdades sociais. Para Bourdieu, o tratamento implícito e naturalizado de desigualdades tem base psicossocial na qual os indivíduos se pré definem e julgam uns aos outros a partir dos componentes que pressupõe, implicitamente, como símbolos de sucesso e os componentes símbolos de fracasso. Seguindo nessa lógica de raciocínio, “(...) para Bourdieu a ênfase recai, ao contrário, sobre o condicionamento pré-reflexivo, automático, emotivo e espontâneo; em outras palavras, “inscrito no corpo” de nossas ações, disposições e escolhas.” (Souza, 2006, p. 85). Ele pressupõe uma rede de

elementos através dos quais os indivíduos se interligam e solidarizam-se uns com os outros a partir de uma identificação espontânea dos elementos, seja de sucesso, seja de fracasso. Em contrapartida, também formam preconceitos e definem padrões sociais que deverão ser ocultados, marginalizados e não acolhidos pela sociedade. A partir dessa lógica psicossocial, o indivíduo classifica e julga os diferentes indivíduos componentes da sociedade:

O que Bourdieu tem em mente é a formação de um *habitus* de classe, percebido como um aprendizado não intencional de disposições, inclinações e esquemas avaliativos, que permitem ao indivíduo perceber e classificar, numa dimensão pré-reflexiva, os signos opacos da cultura legítima. (Souza, 2006, p. 85).

A fim de tematizar a questão e buscar o fundamento para o processo de naturalização de sujeitos que possuem os símbolos do fracasso e da inutilidade social, Jessé Souza propõe uma divisão do conceito de *habitus* em *habitus* primário, *habitus* secundário e *habitus* precário. Para análise no presente trabalho, bastarão dois primeiros conceitos. Inicialmente, o que Bourdieu denomina apenas de *habitus*, Jessé Souza trata como *habitus* primário. Já o *habitus* precário consiste:

O *habitus* precário seria o limite do *habitus* primário em sentido descendente, ou seja, aquele tipo de personalidade e de disposição de comportamento que não atende às demandas objetivas para que um indivíduo ou um grupo social possa ser considerado produtivo e útil em uma sociedade moderna e competitiva, podendo gozar de reconhecimento social com todas as dramáticas conseqüências existenciais e políticas aí implicadas. (Souza, 2006, p. 87).

O conceito de *habitus* primário permite, então, a construção do sujeito produtivo, que se adequa às demandas socioeconômicas e, portanto, é legitimado pelo sistema a produzir e demandar como cidadão. O grau de generalização e a alcance desse *habitus* classifica a sociedade como desenvolvida e gera um maior número de sujeitos com status de cidadãos. O *habitus* precário, por sua vez, classifica os indivíduos como subcidadãos, subgente, os quais não têm condições de se encaixarem na sociedade, agir como cidadãos e demandar por políticas públicas. O autor elucidada, ainda, que esse processo de construção do *habitus* precário, em países desenvolvidos, trata-se de um fenômeno marginal, isolado, mas em países periféricos como o Brasil, é um fenômeno de massa a qual ele atribui a formação e a naturalização das desigualdades sociais:

(...) a formação de todo um segmento de indivíduos inadaptados – fenômeno marginal, em sociedades desenvolvidas; fenômeno de massa,

em sociedades periféricas – é resultado de mudanças históricas, implicando a redefinição do que estou chamando *habitus* primário. (Souza, 2006, p. 89).

Jessé reforça que:

No caso brasileiro, o abismo foi criado já no limiar do século XIX, com a re-europeização do país, e se intensificou a partir de 1930, com o início do processo de modernização em grande escala. A linha divisória passou a ser traçada entre os setores “europeizados” – aqueles que conseguiram se adaptar às novas demandas produtivas e sociais, lembrando que esse processo implica a importação de instituições européias como “artefatos prontos”, no sentido weberiano, e, portanto, a importação da visão de mundo subjacente a elas – e os setores “precarizados”, os quais tenderam, por seu abandono, a uma cada vez maior e permanente marginalização. (Souza, 2006, p. 89).

A tese levantada pelo autor para justificar a naturalização das desigualdades sociais diz respeito ao grau de generalização do *habitus* primário em face do *habitus* precário, a partir das construções feitas por Bourdieu. Para Jessé, o que fundamenta a formação de subcidadãos e a naturalização das desigualdades sociais no Brasil é a classificação ampliada e, quase majoritária, dos indivíduos com *habitus* precário, ou seja, aqueles que possuem os componentes construídos socialmente como marcas de fracasso, de ocultação, de não adequabilidade às demandas mercadológicas e estatais. São aqueles que não se adequam à sociedade, ao mercado e vão para um plano de ocultação. Desse modo, a formação de subcidadãos é fenômeno vultoso em países periféricos como o Brasil:

No caso do *habitus* primário, o que está em jogo é a efetiva disseminação da noção de dignidade, que torna o agente racional um ser produtivo e cidadão pleno. Em sociedades avançadas, essa disseminação é efetiva, e os casos de *habitus* precário são fenômenos marginais. Em sociedades periféricas, o *habitus* precário – que implica a existência de redes invisíveis e objetivas que desqualificam os indivíduos e os grupos sociais precarizados como subprodutores e subcidadãos, e isso, sob a forma de uma evidência social inofismável tanto para os privilegiados como para as próprias vítimas da exclusão – é um fenômeno de massa e justifica minha tese de que a produção social de uma “ralé estrutural” é o que diferencia substancialmente esses dois tipos de sociedades. (Souza, 2006, p. 92/93).

Retornando à narrativa de Carolina Maria de Jesus, tem-se que a autora se enquadra no que Jessé Souza denominou como subcidadão. Foge do padrão europeizado, sua força produtiva não é valorizada e, sequer, encontra encaixes no mercado competitivo de lógica capitalista. Encontra-se marginalizada e ocultada, assim

como seus demais vizinhos, moradores da favela Canindé. A própria forma de subsistência encontrada por ela demonstra que a sociedade paulistana não a acolheu, não a recebeu e sequer, foi integrada ao mercado de trabalho. Germana Henriques Pereira de Sousa retrata com clareza o quadro:

Num país como o nosso, de semiescravidão, Carolina parte para a única alternativa que lhe restou: uma forma de trabalho arcaica em que trocar metal e papel por comida ou gêneros de primeira necessidade, sempre trocado em granel, sem quase nunca pegar em dinheiro. Carolina de Jesus viva do que a sociedade descartava. O rejeito da sociedade consumidora paulistana era para ela o seu meio de vida; sua autonomia financeira. Porém, obviamente, a catação e venda do lixo eram insuficientes para se transformar numa fonte de renda que fosse inteiramente satisfatória: o lixo que troca por mercadorias de consumo básico (sabão, óleo, açúcar, feijão, etc) não dá para alimentar seus filhos. (Sousa, 2012, p. 85).

A sua vida sem dignidade e condições mínimas de subsistência se enquadra na classificação que Jessé Souza fez de subcidadãos. A própria autora reconhece que seu modo de vida não se assemelha àquele levado pelos cidadãos da capital paulistana e chega a se comparar a animais:

Um operário perguntou-me:
- É verdade que você come o que encontra no lixo?
- O custo de vida nos obriga a não ter nojo de nada. Temos que imitar os animais. (Jesus, 2014, p. 112).

Consequência lógica e natural desse processo, os denominados subcidadãos não tem direitos fundamentais mínimos atendidos nem mesmo políticas públicas básicas. Na narrativa de Quarto de Despejo, são poucas as vezes que instituições representativas do Estado aparecem no cenário da favela Canindé e, quando o fazem, essa relação se dá de modo verticalizado, de cima para baixo. A autora narra, por exemplo, a relação das crianças da favela com o denominado Juizado de Menores, ao que parece, instituição de assistência a crianças e adolescentes à época. Reflete acerca do descaso e do despreparado da instituição para lidar com os menores questionando, ainda, a própria organização administrativo-financeira:

Penso: porque será que os meninos que fogem do Juizado as crianças vem difamando a organização? Percebi que no Juizado as crianças degrada a moral. Os Juizes não tem capacidade para formar o caráter das crianças. O que é que lhes falta? Interesse pelos infelizes ou verba do Estado? (Jesus, 2014, p. 88).

Em diversas passagens, ela narra a subvida levada na favela, onde a fome é companheira constante e a falta de assistência governamental também. Descreve uma cena vivenciada com um catador de materiais recicláveis que a deixa revoltada contra o Estado e onde ressalta a ocultação e invisibilidade daqueles categorizados, na concepção bourdiana-Jessé Souza, com *habitus* precário:

Os lixeiros haviam jogado carne no lixo. E ele escolhia uns pedaços: Disse-me: -Leva, Carolina. Dá pra comer. Deu-me uns pedaços. Para não magoá-lo aceitei. Procurei convencê-lo a não comer aquela carne. Para comer os pães duros ruídos pelos ratos. Ele disse-me que não. Que há dois dias não comia. Acendeu o fogo e assou a carne. Esquentou-a e comeu. Para não presenciar aquele quadro, saí pensando: faz de conta que eu não presenciei esta cena. Isto não pode ser real num paiz fértil igual ao meu. Revoltei contra o tal Serviço Social que diz ter sido criado para reajustar os desajustados, mas não toma conhecimento da existenciais infausta dos marginais. Vendi os ferros no Zinho e voltei para o quintal de São Paulo, a favela. No outro dia encontraram o pretinho morto. Os dedos do seu pé abriram. O espaço era de vinte centímetros. Ele aumentou-se como se fosse borracha. Os dedos do pé parecia leque. Não trazia documentos. Foi sepultado como um Zé qualquer. Ninguém procurou saber seu nome. Marginal não tem nome. (Jesus, 2006, p. 40).

Carolina Maria de Jesus e os moradores da favela Canindé eram, para Jessé Souza, os indivíduos portadores do *habitus* precário, os quais viviam na invisibilidade social, na ocultação e com os quais a sociedade pouco se preocupava e pouco deveria fazê-lo. Como já explanado, o interesse governamental na época era de fomentar a industrialização e o processo de modernização do Brasil, independente das consequências socioeconômicas advindas. Em contraponto com a excessivo grau de consciência que Carolina Jesus possui da sua realidade social, há uma despreocupação por parte do Estado com essa maré de subcidadãos. O reflexo é o surgimento de favelas, o aumento da criminalidade, a erotização infantil precoce, a fome, a falta de saneamento básico, de condições de vida mínimas para esses indivíduos. O destino final foi a ocultação.

Carolina Maria de Jesus demonstrou, no entanto, que sua linguagem e sua narrativa tiveram um impacto social de jogar luzes ao problema. Além de servir como forma de denunciar o traço tão característico da realidade brasileira, a desigualdade social, ela utilizava ainda a linguagem, seu diário e sua escrita como forma de insurgência com o modelo do qual era vítima. Portanto, faz-se necessário a análise das contribuições de Jürgen Habermas sobre a linguagem e seu potencial emancipatório.

5 A LINGUAGEM COMO INSTRUMENTO EMANCIPATÓRIO: CONTRIBUIÇÕES HABERMASIANAS

Ao analisar as relações sociais modernas, a racionalidade e ação, em específico, Habermas tenta fazer jus à dupla visão que as compõe: a visão interna, do participante e a visão externa, do observador. Seu objetivo é buscar as razões normativas que norteiam a comunicação, analisar como se dão os processos comunicativos, o que o leva a desenvolver uma teoria da comunicação. Para tanto, define duas formas de agir em sociedade: o agir comunicativo, a partir do qual há um debate das questões em lide e a busca de um consenso por meio da comunicação e o agir estratégico, a partir do qual há apenas confirmação de decisões já consolidadas anteriormente. Do primeiro, deriva a racionalidade comunicativa e do segundo, a racionalidade instrumental. Também fundamenta que há três relações essenciais de comunicação: entre o sujeito do conhecimento e eventos e fatos (mundo objetivo); a relação do sujeito que age, em interação com os demais (mundo social) e a relação do sujeito com sua própria subjetividade (mundo subjetivo). Para Habermas:

O agir comunicativo depende de um processo de interação cooperativo em que os participantes se referem simultaneamente a algo no mundo subjetivo, no mundo social e no mundo objetivo; mesmo que no ato de sua manifestação ele consiga enfatizar respectivamente apenas um dos três componentes. Os falantes e ouvintes utilizam o sistema de referência dos três mundos como uma moldura no interior da qual tecem e interpretam definições comuns relativas à situação de sua ação. (Habermas, 2012, p. 221).

Seguindo em sua explanação, em seu livro *Teoria do Agir Comunicativo*, publicado em 1991, Habermas parte dos pressupostos de mundo da vida e sistemas para problematizar a teoria da comunicação. Elucida que mundo da vida “constitui um conceito complementar ao do agir comunicativo.” (Habermas, 2012, p. 218). O mundo da vida seria o pano de fundo compartilhado entre os falantes, mas não problematizado por eles, constituído de crenças, critérios, valores, referenciais que vão nortear a fala e a comunicação, mas que, naquele momento, não é o objeto central de problematização. É o conjunto de pressupostos e saberes implícitos que vão orientar os falantes. É o que Francisco Javier Uribe Riviera, analisando Habermas, elucida:

O mundo da vida em relação ao horizonte é esse conjunto de referências que os agentes constroem linguisticamente e acumulam, servindo para orientar a compreensão de cada ação "nova" (no caso, de cada "novo"

ambiente situacional). Sob outro aspecto, o mundo da vida é o conjunto de referências culturais e de outro tipo (...) que permite interpretar os componentes internos de uma situação de ação (que se constitui a partir de temas específicos). É o celeiro de interpretações acumuladas ou de recursos que permite a definição de uma situação de ação a partir dos fins dos agentes. Esta acepção é a do contexto cultural. O mundo da vida corresponde, por conseguinte, à linguagem e ao reservatório cultural em cujo contexto os sujeitos desenvolvem a interpretação de uma situação e uma ação correlata. (Riviera, 1995, p. 58).

A relação entre mundo da vida, conceitos pré-existentes dos falantes, e o agir comunicativo é de constante tensão. O agir comunicativo tem a pretensão de sempre questionar, criticar e problematizar os elementos componentes do mundo da vida, fazendo com que eles estejam em constante mutação em razão da construção pela linguagem. No âmbito de uma narrativa, portanto, o escritor possui seus pressupostos e critérios constituintes do mundo da vida. A partir da leitura e dos reflexos e críticas decorrentes, é possível problematiza-los, questiona-los e reelabora-los em busca de um consenso:

Mundo da vida e ação comunicativa são dois conceitos complementares que se encontram em uma tensão permanente. O mundo da vida é o horizonte da ação comunicativa (fornece a esta evidências e certezas culturais de fundo) e a ação comunicativa reordena criticamente os elementos do mundo da vida, contribuindo para sua reprodução ou atualização. (Riviera, 1995, p. 59).

O mundo da vida, portanto, é o (...) pano de fundo comum a todos os atores envolvidos em uma mesma situação, ao seu horizonte social, constituído pela experiência comum, pelas mesmas tradições, pela língua e a cultura (...). (Riviera, 1995, p. 63). As patologias sociais, entretanto, aparecem, segundo Habermas, quando os elementos do mundo da vida são substituídos, ou como elucidado por ele, colonizados, pelos denominados sistemas econômico e burocrático. Nesse sentido, os sistemas:

Do ponto de vista dos subsistemas, o sistema econômico troca salários por prestações de trabalho, e bens e serviços por procura dos consumidores; o sistema administrativo troca prestações organizativas por impostos, e decisões políticas por lealdade das massas. (Riviera, 1995, p. 65).

Desse modo, os sistemas surgem e alteram os elementos constitutivos do mundo da vida, criando novas formas de relacionar, novos pressupostos de relação pautados, agora, nas trocas monetárias e burocratizadas. Para Habermas, a partir desse momento, surgem as patologias sociais, que minam as relações sociais.

Esta "reorganização" do mundo da vida em razão da lógica do sistema provoca efeitos patológicos, que em parte podem ser explicados desde a perspectiva weberiana da perda de liberdade e do desencantamento do mundo, correlatos à burocratização. Os efeitos da monetarização e da burocratização dos elementos do mundo da vida são vários: individualismo, competitividade e utilitarismo (inerentes ao modelo de ação racional finalística); hedonismo (como ponto de fuga para o anterior); manipulação das lealdades políticas; tecnificação das questões práticas; especialização elitizada do saber; falta de referências culturais globais etc. Há uma "coisificação" de todos os âmbitos comunicativos e uma orientação seletiva para o cognitivo-instrumental. (Riviera, 1995, p. 67).

Logo, a colonização do mundo da vida pelos sistemas, em especial, o sistema econômico e o estatal, constitui a causa das patologias sociais uma vez que a comunicação passa a ser regida e forjada sob a égide do dinheiro e do poder. Alessandro Pinzani elabora que: "Os subsistemas da economia e da administração empreendem, assim, por meio dos seus respectivos dinheiro e poder, uma colonização do mundo da vida, (...)". (Pinzani, 2009, p. 111). Habermas expõe que:

Nesse momento surge, ao lado da economia diferenciada pelo "dinheiro", um sistema de ação neutralizado eticamente. E tais instituições de primeira ordem, garantidas juridicamente, transladam diretamente o sistema do trabalho social para normas de direito civil. E, à medida que as ações são coordenadas pelo dinheiro, que constitui um meio não linguístico, as interações reguladas por normas se transformam em transações entre sujeitos de direito privado, que se orientam pelo "sucesso". (Habermas, 2012, p. 321).

Como saída à problematização construída, o filósofo alemão propõe a racionalidade comunicativa como instrumento emancipatório do mundo da vida do poderio dos sistemas. Alessandro Pinzani diz que: "Somente essa racionalidade comunicativa permite, porém, uma resistência eficaz contra a colonização do mundo da vida por parte dos subsistemas." (Pinzani, 2009, p. 111). Logo, o agir comunicativo, precedente da racionalidade comunicativa conforme exposto acima, tem o condão de guiar a uma emancipação dos processos de colonização na medida em que visa à construção do consenso.

Por outro lado, a emancipação do agir comunicativo de orientações valorativas particulares significa, ao mesmo tempo, a separação entre o agir orientado pelo sucesso e o agir orientado pelo entendimento. A generalização dos motivos e dos valores abre espaços para subsistemas do agir racional teleológico. E partir desse momento – em que se diferenciam contextos de agir estratégico – a coordenação da ação pode

ser transladada para meios de comunicação que não mais necessitam da linguagem. (Habermas, 2012, p. 326).

As formas linguísticas de relação social constituem meios idôneos de construção de consensos e formação de opiniões. Logo, “(...) a racionalidade comunicativa possa se impor às tentativas invasoras de racionalidade instrumental.” (Riviera, 1995, p. 70). Sucintamente, essa é a proposta habermasiana.

Feita tais construções, necessário se faz analisar de que modo Carolina Maria de Jesus, e sua narrativa do *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, comunicam com as propostas do filósofo alemão. Despretensiosamente ou não, Carolina Maria de Jesus utiliza da sua narrativa como forma de denunciar a realidade socioeconômica em que vivia. Ainda que posteriormente ela tivesse um interesse na publicação de seu diário, intermediada pelo jornalista Audálio Dantas, a princípio ele constituía apenas um relato autobiográfico da vida da autora e das mazelas sofridas na favela. Em um contexto em que a linguagem e os estudos possuíam pouca acessibilidade, como era na Favela Canindé, seja pela ausência de políticas públicas fomentadoras da educação, seja pelo desinteresse e falta de estímulo dos moradores locais, Carolina Jesus conseguiu fazer deles seus instrumentos de emancipação.

Na cidade de São Paulo, centro capitalista efervescente à época e até os dias atuais, as relações de mundo da vida já estavam colonizadas pelos sistemas dinheiro e poder. Quanto o primeiro, Carolina relata inúmeras situações exemplificativas no seu dia a dia, seja pela troca dos materiais recicláveis por mantimentos de subsistência básica, seja pela dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

Nos somos os pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares d lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais. Não mais se vê os corvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos. (Jesus, 2014, p. 54).

Em relação ao poder, Carolina traz passagens de políticos que visitavam a favela apenas em momentos oportunos, eleitores. Alguns chegam a prometer o fim das favelas: “(...) Lavei o assoalho porque estou esperando a visita de um futuro deputado e ele quer que eu faça uns discursos para ele. Ele disse que pretende conhecer a favela, que se for eleito há de abolir a favela. (Jesus, 2014, p. 35). A troca estabelecida entre os moradores da favela Canindé e os políticos é de troca e manipulação de poderio. Eram dados itens de subsistência em troca do apoio eleitoral:

...Os vizinhos ricos de alvenaria dizem que nós somos protegidos pelos políticos. É engano. Os políticos só aparecem aqui no quarto de despejo, nas épocas eleitorais. Este ano já tivemos a visita do candidato a deputado Dr Paulo de Campos Moura, que nos deu feijão e ótimos cobertores. Que chegou numa época oportuna, antes do frio. (Jesus, 2014, p. 46).

Assim, as suposições filosóficas de Habermas encontram espaço para análise na narrativa de Carolina Maria de Jesus. Os sistemas poder e dinheiro figuram como duas das causas da patologia da desigualdade social, traço marcante na sociedade brasileira. Na medida em que a ação dos políticos se pauta pela racionalidade instrumental, derivada do agir estratégico, os moradores de favelas permaneceram ocultados, sendo vítimas da colonização do mundo da vida. A racionalidade instrumental faz com que a visita dos políticos e suas poucas atuações na favela Canindé seja apenas e unicamente para obtenção de votos e popularidade eleitoreira visando, ao fim, a chegada ao poder.

Como forma emancipatória e de resistência, é preciso que o agir comunicativo guie a racionalidade comunicativa, pautando as atuações políticas e as ações estatais. Desse modo, as causas das desigualdades sociais, da miserabilidade da vida que levam os denominados pobres poderiam começar a ser devidamente atacadas e, ao menos, tratadas. Assim, poder-se-ia permitir o alcance efetivo de políticas públicas aos moradores de favelas e ocultados da sociedade. Visitas esporádicas e com fins predeterminados por políticos, por agentes do Estado somente ratificam a teoria habermasiana de que a colonização do mundo da vida pelo sistema poder (e do dinheiro) é criadora e fomentadora das desigualdades sociais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Carolina Maria de Jesus demonstrou que poderia denunciar sua realidade socioeconômica, tratada como natural pela sociedade em que viveu, por meio da linguagem. Por trás do retrato de modernização, desenvolvimento e prosperidade que São Paulo trazia à época, a poeta dos pobres revela a realidade oculta dos moradores da favela Canindé.

Através de uma inteligência descritiva, a autora realiza um contraponto entre os habitantes do centro da cidade, portadores do que Jessé Souza denominou de *habitus* primário (ou até secundário) e os moradores da favela, portadores do *habitus* precário.

Essa naturalização psicossocial dos símbolos do progresso e do fracasso fez com que Carolina e seus vizinhos caíssem na naturalização, e conseqüentemente invisibilidade, da desigualdade social. Paralelamente a esse processo, agora tomando por base Habermas, a colonização do mundo da vida pelos sistemas poder e dinheiro, contribuem para o surgimento dessa patologia social.

No entanto, demonstrou-se que por meio de instrumentos linguísticos, pautado pela racionalidade comunicativa e abandonando a racionalidade instrumental, tão praticada por políticos da época, seria possível enxergar e, talvez, até tratar as causas da desigualdade social visando ao alcance efetivo de políticas públicas aos denominados pobres.

REFERÊNCIAS

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*. 10^a ed. São Paulo: Ática, 2014. 199 p.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria do Agir Comunicativo, 2: sobre a crítica da razão funcionalista*. Tradução Flávio Bueno Siebeneichler. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. 824 p.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. *Os Caminhos Literários de Carolina Maria de Jesus: experiência marginal e construção estética*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, 153 fl.

PERPÉTUA, Elzira Divina. *Traços de Carolina Maria de Jesus: gênese, tradução e recepção de Quarto de Despejo*. UFMG, FALE, Belo Horizonte, 2000. 336 p.

PINZANI, Alessandro. *Habermas*. Porto Alegre: Artmed, 2009. 200 p.

RIVIERA, Francisco Javier Uribe. *Agir comunicativo e planejamento social: uma crítica ao enfoque estratégico*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1995. 216 p.

SOUSA, Germana Henriques Pereira de. *Carolina Maria de Jesus: o estranho diário da escritora vira lata*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012. 207 p.

SOUZA, Jessé. A gramática social da desigualdade brasileira. *In A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 19 p.